



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

E

3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO DO TRABALHO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL DO TRABALHO.

TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA: 06 HORAS

- Será permitida consulta à legislação brasileira, não-comentada e não-anotada, sendo vedada especificamente a utilização das edições do Código Civil e do Código de Processo Civil anotados pelo Professor Theotônio Negrão.
- Somente serão admitidas referências a outros textos legais, a Exposições de Motivos e a Enunciados das Súmulas de Jurisprudência dos Tribunais, cabendo à Comissão vedar a utilização do material que entender em desacordo com esta norma.
- Admitem-se livros de legislação que tragam mera referência à decisão de declaração de inconstitucionalidade de normas. Não será permitida, no entanto, a consulta a livros que mencionem fundamentos da decisão.
- Será vedada a utilização de material de consulta que contenha folhas ou trechos com anotações ou comentários de qualquer natureza.
- Não será admitida consulta à legislação estrangeira.
- Não será permitido o uso de qualquer processo eletrônico de consulta à legislação ou de aparelhos que permitam aos candidatos qualquer tipo de comunicação de voz ou de dados, como celulares, rádios e similares, nem de líquido corretor, caneta tinteiro, hidrográfica ou fluorescente.
- O descumprimento das normas acarretará a exclusão do candidato, na forma do artigo 19 do Regulamento do Concurso.

Rio de Janeiro, 10/09/2011.



Prova de Direito do Trabalho, Previdenciário e Processual do Trabalho

1ª Questão (30 pontos)

Ana Maria, empregada de empresa pública, exercendo as funções de gari, apresentou problema de saúde, passando a sofrer de hérnia de disco agravada também por obesidade, tendo se submetido a cirurgia, que não conseguiu corrigir totalmente o problema, ficando, ao todo, afastada do trabalho pelo período de 8 (oito) meses, recebendo auxílio doença. Ao final desse período, o INSS lhe concedeu alta médica, indicando readaptação para função que não demandasse esforço físico.

Retornando ao trabalho, em 31 de março de 2011, a empregada foi submetida a exame médico, tendo sido considerada apta, com restrições, e, incluída em processo de readaptação, não se integrou com êxito em suas novas funções.

Ao cabo de 5 (cinco) meses de trabalho, não obteve avaliação de desempenho satisfatória, apresentando reduzida produtividade, tendo a empresa decidido dispensá-la sem justa causa.

Inconformada, Ana Maria ajuizou ação trabalhista pretendendo declaração de nulidade da dispensa, sob os seguintes argumentos:

- a) de que apesar de ter se submetido a exame médico de retorno após a alta concedida pelo INSS e outro após 3 (três) meses, não foi submetida a exame médico demissional, situação que violaria o art. 168 da CLT;
- b) que não poderia ter sido demitida, eis que a orientação do INSS era de readaptação;
- c) que era estável, eis que seu problema de saúde era doença profissional.

Quais os fundamentos que a empresa pública poderia invocar em sua defesa na ação trabalhista, com relação a cada um dos argumentos sustentados por Ana Maria?



Prova de Direito do Trabalho, Previdenciário e Processual do Trabalho

2ª Questão (30 pontos)

Rogério Leão ajuizou ação trabalhista em face de seu antigo empregador, empresa de segurança, e do Município do Rio de Janeiro, que a contratara após regular procedimento licitatório, tendo sido proferida sentença revertendo a justa causa aplicada, com condenação ao pagamento de verbas rescisórias, e reconhecendo a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços.

Em liquidação de sentença, foi proferida decisão homologatória dando como corretos os cálculos autorais, com incidência de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês, taxa simples, e concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento, sob pena de multa prevista no art. 475-J, CPC.

A execução em face do empregador foi frustrada, inclusive, porque veio a ser decretada a sua falência 6 (seis) meses após ele ter sido citado.

A partir daí, o Reclamante requereu que se direcionasse a execução contra o Município do Rio de Janeiro, devedor subsidiário, sem qualquer limitação em relação aos juros de mora e com a incidência da multa.

Como Procurador, responda fundamentadamente:

- (1) quais os argumentos que o Município poderia utilizar para resistir a essa execução;
- (2) que defesa articularia quanto à aplicação dos juros de mora;
- (3) que impugnação ofereceria à aplicação do art. 475-J, CPC.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E 3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Prova de Direito do Trabalho, Previdenciário e Processual do Trabalho

3ª Questão (20 pontos)

João da Silva ajuizou ação trabalhista em face de seu ex-empregador por danos morais e materiais decorrentes de doença profissional, após ser dispensado sem justo motivo em 1º de agosto de 2003.

Considerando que João teve ciência da incapacidade para o trabalho em 3 de novembro de 2002 e que a ação trabalhista foi ajuizada em 31 de outubro de 2005, responda, fundamentadamente, se ocorreu ou não a prescrição da pretensão.

4ª. Questão (20 pontos)

Convenção coletiva de trabalho vincula as entidades da Administração Pública Indireta? Fundamente a sua resposta.